

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CRESS 9ª REGIÃO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2017, NO AUDITÓRIO DO HOTEL SAN RAPHAEL, SITUADO NO LARGO DO AROUCHE, 150 – REPÚBLICA - SÃO PAULO/SP. Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, reuniram-se 124 participantes, sendo desses, 107 assistentes sociais aptos/as a votar, em Assembleia Geral Ordinária convocada pelo Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 9ª Região/SP, tendo como pauta: 1) Leitura e aprovação do Regimento da Assembleia; 2) Análise de Conjuntura; 3) Apresentação da proposta orçamentária 2018 do CRESS 9ª Região, a ser homologada pelo CFESS; 4) Aprovação das propostas do Plano de Ação para o exercício de 2018; 5) Estabelecimento do valor da anuidade de pessoas física e jurídica, e apresentação de formas de parcelamentos e descontos, taxas e emolumentos, para o exercício de 2018; 6) Outras pautas inseridas no início da assembleia; 7) Informes e deliberação de moções. Às 13h30 a Presidenta do CRESS 9ª Região/SP, Kelly Rodrigues Melatti realizou a primeira chamada, efetuando a leitura do Edital de Convocação e pauta acima. Às 14:01 a presidenta realizou a segunda chamada e releu o Edital de Convocação, destacando os temas acima mencionados. **1) Leitura e aprovação do Regimento da Assembleia.** O conselheiro estadual Júlio Cezar de Andrade e a conselheira Cleide Maria Monari Semenzato da Seccional de São José do Rio Preto para compor a mesa, realizar a leitura e aprovação do regimento. Ficou estabelecido que durante a leitura os destaques que forem apontados pela plenária, que os presentes com direito a voto deverão erguer seus crachás. O regimento versou sobre a realização da assembleia, das finalidades deste encontro, de quem são seus participantes, credenciamento, moções e plenárias, bem como, das disposições gerais. Não houve nenhum destaque e não foi inserida nenhuma nova proposta. **2) Análise de Conjuntura.** O Conselheiro Júlio convidou o conselheiro Alex Alves Dourado da Seccional de Presidente Prudente para coordenar a mesa e convidou o conselheiro Estadual Everaldo Becker para realizar a Análise de Conjuntura. Everaldo inicia sua fala descrevendo que fará sua análise de conjuntura em três eixos, o papel do estado, a concepção de políticas públicas e a questão social. O palestrante inicia sua fala lembrando Rousseau e sua contribuição no liberalismo, através de sua obra “O contrato social”. Faz o contraponto entre o que Rousseau diz frente à teoria hegemônica na categoria profissional. Retoma o conceito de Welfare State, a primeira experiência nos anos 1900, por meio da luta da classe trabalhadora. Lembra a perspectiva liberal, assim como, faz a distinção entre liberalismo clássico e neoliberalismo, uma vez que de acordo com ele, no senso comum há confusão entre essas duas correntes. Cita o liberalismo e explicita as contradições dessa ideologia e cita as refrações no modo de produção capitalista e na realidade brasileira atual. O

palestrante retoma também elementos que demonstram que o fascismo está renascendo, no entanto, destaca que provavelmente será distinto do que foi nos anos 1930. Cita vários exemplos, como o racismo, a xenofobia, o nacionalismo, o militarismo, etc. Exemplifica diversas expressões do fascismo e a personificação disso em pessoas e movimentos sociais, tais como o prefeito de São Paulo, João Dória, o deputado federal Jair Bolsonaro, o presidente estadunidense Donald Trump, o Movimento Brasil Livre e o Vem para Rua. Avança também para o nível econômico, mostrando os efeitos nefastos dessa ordem vigente. Explana sobre o conceito de democracia, retoma as manifestações de 2013 em contraponto as manifestações de 2015, isso porque, de acordo com ele, esses movimentos estavam alinhados com a concepção neoliberal. Destaca a concepção de Proteção Social nessa sociabilidade, o desmonte das políticas, especialmente do Sistema Único de Assistência Social. Reflete sobre sermos os e as assistentes sociais serem chamados a fazerem a gerência da pobreza. Finaliza sua fala chamando a necessidade de fortalecermos o Conjunto CFESS/CRESS, visto que no horizonte está se ensaiando a criação de uma agência reguladora. Abertas as falas o assistente social Aldemir Martins de Freitas pontua a necessidade de retomar a discussão de um sindicato de assistentes sociais, dizendo que quando o CRESS acabar o sindicato estará aqui para lutar por nós. Júlio dialoga com o referido senhor que o Conjunto CFESS/CRESS defende a inserção de assistentes sociais em sindicatos por ramo, trazendo à baila vários exemplos da atuação desastrosa da FENAS, bem como, a importância de assistentes sociais irem para as ruas comporem as greves. A Conselheira do CFESS, Mauricleia Soares dos Santos retoma o processo de retirada de direitos, exemplifica uma campanha do CFESS para lembrar os governos dos últimos anos que realizaram uma política de conciliação de classes. Reforçou também a necessidade de lembrarmos que assistente social também é parte da classe trabalhadora. Ricardo de Lima faz sua contribuição lembrando que Lula e Dilma edificaram o sistema de bem estar social no Brasil. Reforça também a necessidade de realizar um trabalho socioeducativo com os demais trabalhadores sociais. Manifesta desacordo com a proposta de sindicato de assistentes sociais. O Conselheiro Estadual Matsuel Martins da Silva parabeniza a fala de Everaldo e relatou que quando houve uma greve nacional de assistentes sociais, uma assistente social da sua região o ligou perguntando se ela deveria participar da greve. Em sequência, exemplificou que na cidade de São Paulo há 800 assistentes sociais, enquanto o número de funcionários públicos é de 140 mil, portanto, segundo ele, a greve desse total de trabalhadores faz muito mais sentido do que sindicato por ramo. O Conselheiro Estadual Luciano Alves traz a bacia a questão do aumento do salário dos servidores da Defensoria Pública de São Paulo, no sentido de demonstrar que a sindicalização por ramo produz

resultados positivos. Retomou o final da fala de Aldemir, relatando que o CRESS não acabará, pois, não deixaremos isso acontecer. Houve uma inscrição a mais e a plenária foi consultada. A plenária definiu que Adriana Brito da Silva poderia trazer sua contribuição. A referida companheira retomou a questão do conservadorismo no Brasil, fazendo uma análise de que nunca passamos por uma revolução, mas, fomos um país escravista e que isso traz essa maneira de fazer política. Reflete também sobre o conservadorismo na profissão. Everaldo retoma a fala e pergunta sobre se o sindicato por ramo, não acaba por criar uma divisão entre os trabalhadores. Retoma a questão da greve geral, que esse é um espaço privilegiado para lutarmos ao lado da classe trabalhadora. Pontuou também a questão do conservadorismo na profissão, na atuação profissional. Fez duras críticas à reforma trabalhista, de forma bem fatalista e finaliza dizendo que não precisamos de um sindicato para discutir com o patrão o nível da nossa exploração. Por fim, retoma o papel atribuído aos assistentes sociais nessa sociabilidade e o que nos cabe, recusando esse lugar, fomentando a organização da classe trabalhadora. Nesse momento o Diretor Alex encerra a mesa. **3) Avaliação dos Encontros Descentralizado e Nacional CFESS/CRESS.** A Vice-Presidenta do CRESS Patrícia Ferreira da Silva apresenta para a plenária a avaliação dos encontros Descentralizado Sudeste e Nacional. Pontua que não são todos os CRESS que levam toda a delegação para o encontro descentralizado, o que as avaliações foram positivas. Os/as delegados/as também destacaram a importância de heterogeneidade da delegação, que favorece o debate. Outro ponto positivo foi a análise de conjuntura do descentralizado. Chamou a atenção também a utilização de uma universidade pública, que propicia economicidade. Do Encontro Nacional foi apontado a questão do tempo mal utilizado, das mesas mal conduzidas. Ficou perceptível a disputa política. Apontou-se também a necessidade de reformular a metodologia em outro formato que não na divisão de grupos. O horário dos voos foi considerado incompatível com a programação do encontro. Para os/as delegados/as, houve também acerto na escolha do tema da campanha de gestão, Assistentes sociais na luta contra o racismo. Da auto avaliação usaram termos como razoável, positiva, ativa. Foi aberto o espaço para seis intervenções, porém, não houveram inscrições. **4) Aprovação das propostas do Plano de Ação para o exercício de 2018.** Dessa maneira, Patrícia convoca a próxima mesa composta pela diretora da Seccional ABCDMRR Élia Aparecida do Nascimento, a diretora da Seccional de São José dos Campos Kátia Maria Deola, e os diretores estaduais Luciano Alves e Ubiratan de Souza Dias Junior para a apresentação do planejamento para o exercício de 2018. Kátia explicita o processo de elaboração do planejamento para 2018, dizendo que houve um GT específico para isso, formado pelas Seccionais de Campinas, São José dos Campos e

Sorocaba além da direção estadual. O GT tem se reunido há pouco mais de um mês e apresenta o planejamento a partir da esfera estadual. Luciano explicita o papel da direção estadual. Iniciou-se pela CAEDH Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos e Relações Internacionais. Luciano detalha os projetos deste eixo que no total custam R\$ 36.498,82. Em sequência, Luciano explica os projetos da COFI – Comissão de Orientação e Fiscalização que no total custam R\$ 58.762,96. Da SubCOFI Sede, os projetos totalizaram R\$ 2.436,23. Quanto a Seguridade Social, Luciano destaca o desenvolvimento dos NUCRESS e as ações deste eixo custam R\$ 62.558,53. No eixo Administrativo Financeiro, os valores são mais robustos e as ações custam R\$ 281. 658,62, porém, Luciano destaca o papel político desse eixo, uma vez que as ações contidas nele subsidiam a atuação política deste CRESS. Referente ao eixo de formação profissional, os custos ficaram em R\$ 13.382,46. Luciano destaca os cortes severos no eixo da Comunicação, que embora tenha um custo de R\$ 72.643,28, o jornal, por exemplo, terá uma edição a menos, visto o custo dessa ação. Finalizado a apresentação da Sede, iniciou-se a discussão por seccionais, começando por Araçatuba, com valor total de R\$ 14.665,15. Já o ABCMRR apresentou projetos que custam R\$ 7.555,34. A Seccional de Bauru apresenta projetos que custam R\$ 9.573,44. Campinas apresenta suas propostas que geram um custo de R\$ 14.351,75. Os projetos de Marília apresentaram um custo de R\$ 9.775,72. A seccional de Santos apresenta projetos no valor de R\$ 9.663,00. A Seccional de São José do Rio Preto apresentou diversos projetos que custam R\$ 15.971,64. Já a seccional de Ribeirão Preto apresentou diversos projetos no valor de R\$ 15.397,07. A seccional de Sorocaba apresentou um custo de R\$ 7.071,15. O valor total é de R\$ 527.940,90 da estadual e R\$ 130.024,58 das seccionais. Total geral: R\$ 657.965,48. Encerrada essa apresentação, o Analista Contábil Odair Dutra foi chamado para apresentar a peça orçamentária para o exercício de 2018. O funcionário inicia sua fala dizendo que esses dados estão no portal da transparência. Em sequência explicita as fontes de renda do Conjunto CFESS/CRESS. Em seguida mostrou a projeção de receitas, as quais o montante total é de R\$ 10.410.000,00. Em contraponto a isso, explicitou de forma detalhada a projeção de despesas fixas, no total de R\$ 8.902.034,52, bem como, apresentou a projeção das Despesas de Capital. Por último, mostrou os dados referentes a variação anual de novos ativos inscritos pagantes, onde há uma variável entre os novos inscritos ativos, as inscrições canceladas e os dispensados da anuidade pela questão da idade. Em seguida, Ubiratan apresenta a Projeção do Valor da anuidade no valor de R\$ 467,54 com reajuste previsto de 2,07% no qual a anuidade será de R\$ 477,22. Além disso foram apresentados os valores de descontos, além da Resolução CFESS 829/2017. Após a apresentação do planejamento, das despesas, foi aberto

as intervenções conforme se segue. Inicialmente a assistente social Aurora Fernandes Nascimento, representante do FORT SUAS Baixada Santista, apresentou uma carta que propõe contra o reajuste das anuidades do CRESS, e apresenta propostas como uma campanha pela anuidade, mudança de local da seccional, plantão da agente fiscal e contratação de nova profissional para ampliar o horário de atendimento. Maria de Jesus Assis Ribeiro questiona sobre o eixo ADMFIM a nova metodologia da participação da base no Encontro Descentralizado Sudeste, uma vez que ela acredita que essa é uma decisão política. A assistente social Liliane de Oliveira Caetano também questiona a ida do número de delegados para o Descentralizado, como seriam escolhidos esse “pequeno comitê”. Questionou também sobre os impressos, pois, prefere receber as coisas por e-mail e acredita que o CRESS deveria questionar cada profissional. Questiona também o nome do Seminário Estadual de Guerra às Drogas. O diretor Júlio defende a preocupação da gestão em garantir a ação política, alegando que há um compromisso do Conjunto CFESS/CRESS político com a categoria, de modo que os projetos vão nesse sentido. Quanto aos impressos, ele aponta que o jornal se aproxima da categoria, por isso, defende que continue. Defende o reajuste. Kelly destaca o processo para a elaboração das ações políticas, que chegaram a mais de um milhão de reais, contrapõe a carta de Aurora e faz a defesa do reajuste. Laressa de Lima Rocha faz sua fala dissecando cada ponto da carta de Aurora, mostrando a contradição entre a defesa pelo congelamento frente aos custos gerados pelas propostas apresentadas. Luciano explicita sobre as dúvidas apontadas por Maria e Liliane, dizendo que iriam para o descentralizado 14 pessoas, seis diretores, seis bases e dois convidados. Em 2019, o descentralizado será em SP, portanto, trata-se de uma excepcionalidade. Kátia tem acordo com a mudança de nome do Seminário sobre Saúde Mental que Liliane questionou. Ubiratan coloca em votação a resposta de Aurora e a plenária aprovou. Aurora diz que o CRESS precisa encontrar maneiras criativas de arrecadar e que essa é uma posição da base, por exemplo, uma nova maneira de cobrar a anuidade. Foram abertos mais blocos de reinscrição. Aldemir questiona o orçamento sobre o Concurso do CRESS, qual índice foi utilizado para estabelecer o salário da agente fiscal. Cobrou por propostas específicas para enfrentamento de violência contra criança e adolescente, mulher. Defendeu novamente a criação do sindicato. Matsuel fez a defesa do reajuste, explicou que o processo de inadimplência a cobrança é educativa, não massificada. Patrícia fez uma fala na qual rebate os argumentos de Aldemir. Elisângela Negreiros questiona que o valor da antiga anuidade já é um valor muito alto, que teve um aumento de salário de 3,5% e convidou o CRESS para realizar um estudo socioeconômico para avaliar e comprovar que ela não tem condições de pagar essa anuidade. Diz que o CRESS

tem um show e com a sede nova quer construir um mega show. A Diretora Estadual Ana Lea Martins Lobo faz uma fala dialogando com Elisângela, convidando-a a se aproximar do CRESS, pois foi isso que ela fez, além de fazer um exercício de empatia com a companheira. Mauricléia faz uma fala enquanto CFESS, traçando um pouco do cenário nacional, lembrando que as direções do Conjunto CFESS/CRESS são militantes e não recebem nada por isso. Kelly diz da paixão sobre a militância e que a questão financeira pesa muito e explica que a sede não tem acessibilidade e não oferece condições de trabalho seguro para os funcionários, os imóveis são antigos e não foram pensados nestas questões. O investimento na nova sede não é luxo, mas é defesa dos direitos humanos. O reajuste não representa as necessidades e faz o chamado para a votação em favor da proposta. Em seguida foi dado o encaminhamento para a votação do reajuste.

5) Estabelecimento do valor da anuidade de pessoas física e jurídica, e apresentação de formas de parcelamentos e descontos, taxas e emolumentos, para o exercício de 2018. Foi aprovada a reposição inflacionária de 2,07% sobre o valor da anuidade para o exercício de 2018, sendo assim será fixada a anuidade de pessoa física, a ser cobrada por este Conselho Regional de Serviço Social no exercício de 2018, do/as profissionais assistentes sociais inscrito/as e a se inscreverem, no valor de R\$ 477,22 (quatrocentos e setenta e sete reais e vinte e dois centavos) e, para as pessoas jurídicas no valor de R\$ 563,40 (quinhentos e sessenta e três reais e quarenta centavos). A Assembleia aprovou o Planejamento 2018 integralmente. **6) Informes e deliberação de moções.** Ato contínuo, foi lida a moção de repúdio destinada à Prefeitura e Câmara de Taubaté que altera e revoga a legislação anterior que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal da Assistência Social, sem qualquer consulta ao atual colegiado do CMAS. Tal alteração culminou no cancelamento da eleição dos membros da sociedade civil que estava convocada para o dia 11 de outubro de 2017, materializando o descaso com a participação popular e o controle social. Considerando esse ato da Gestão Municipal, arbitrário e antidemocrático e a nova legislação traz alterações significativas que contrariam a recomendação do Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS e as deliberações das Conferências. Da mesma forma, repudiamos a aprovação da referida Lei pela Câmara Municipal de Taubaté que também desconsiderou a possibilidade de encaminhar a proposta do Executivo para consulta e análise anterior do CMAS e da população geral. A mesma foi aprovada por unanimidade. Cleide lembra a importância de votar as moções pois na primeira assembleia CRESS 2017 foi aprovada uma moção sobre o concurso de São José do Rio Preto que deu conta de reverter uma situação de há mais de um ano da realização do concurso não havia saído a lista de classificação. Devido a incidência política da Base naquela

região, na semana passada saiu a classificação e já está prevista em breve a data da homologação pelo Prefeito. Kelly encerra agradecendo a presença de todos e chamando para a continuidade da luta. Nada mais havendo a tratar, deu-se encerrada a assembleia da qual nós Guilherme Moraes da Costa e Cleide Maria Monari Semenzato lavramos a presente ata que segue assinada por nós e pela Presidente do CRESS/SP.

GUILHERME MORAES DA COSTA
DIRETOR ESTADUAL

CLEIDE MARIA MONARI SEMENZATO
DIRETORA DA SECCIONAL SÃO J. RIO PRETO

KELLY RODRIGUES MELATTI
CONSELHEIRA PRESIDENTA